

CRP-RJ na luta contra o Ato Médico

Campanha “Agora São Outras 500” mobiliza psicólogos - página 10 e 11

Foto: Hudson Soares / Crefito-02



CRP-RJ marca presença no Fórum Social Mundial- Página 4 e 5

Entenda melhor o processo de cobrança de dívida ativa - Página 6 e 7

CRP-RJ estuda avaliação de desempenho
de funcionários - Página 8

Conselho da Comunidade sofre mudanças
em sua diretriz política - Página 9

Situação do Iaserj gera polêmica - Página 14 e 15

Entrevista com a presidente do CFP Ana Bock - Página 18

Por Uma Psicologia – Mundo

Celebração da diversidade: com essa chamada, uma imensa passeata deu início ao maior evento realizado no país congregando movimentos sociais, ONGs, sindicatos, autarquias, cooperativas e demais representações da sociedade civil mundial. Diversos Conselhos de Psicologia, inclusive o Federal, estiveram presentes no Fórum Social Mundial de 2005. Para nós, psicólogos, presentes na ocasião, ou que, mesmo de longe, buscaram informações a respeito dos acontecimentos do Fórum, o efeito é de grande potencialização. Um outro mundo é possível, afirma o Fórum. É possível repensar nossas práticas, ressaltando o que possa ser transformador,

dizemos nós. É possível imaginar, a partir de nossas práticas e relações cotidianas, uma Psicologia que possa se constituir em um processo coletivo e afirmativo da vida, em todas as suas manifestações. A participação no Fórum de um grupo de conselheiros do CRP-RJ funcionou como uma intervenção, processando em nós o desejo de seguir afirmando a convivência fraterna com a diversidade – diversidade social, cultural, política. Tal desafio nos remete a um diálogo permanente com a sociedade em geral, e, em especial, com a categoria.

A atual gestão do CRP-RJ implica-se com tal desafio através de uma perspectiva transdiscipli-

nar e pluralista, marcada pela ótica da solidariedade e da preocupação com o coletivo. Daí, nossa pretensão e, mesmo compromisso é o de colocar em análise, cotidianamente, nossas práticas. Esse é, necessariamente, um projeto de construção coletiva.

Afirmar a vida, se atrever, insistir, não aceitar o instituído, questionar o que fazemos: eis as lições do Fórum. Sempre coletivamente. É possível mudar a história, reescrevê-la, desde a perspectiva de que a humanidade em nós implica que o outro não é só nosso irmão: o outro somos nós.

Por uma Psicologia-Mundo onde caibam muitos outros mundos.

Cartas

Advertência aos psicólogos quanto ao uso/prescrição dos Florais de Bach e práticas alternativas

Por que essas práticas são vetadas pelo Conselho Federal de Psicologia? Porque são pseudo ciências! É também vetado aos psicólogos, o uso de cromoterapia, grafologia, iridologia, Reiki, terapia de vidas passadas, realinhamento da energia dos chakras com cristais, quiropraxia, hipnose de palco, magneto-terapia, fitoterapia, aromaterapia, respiração holotrófica, projeção astral, entre outras.

Tratam-se de enganoterapias e não concernentes com a prática dos psicólogos devidamente registrados em seus Conselhos. Caso algum psicólogo veja um colega exercendo tais atividades (ilegais), até mesmo em programas de televisão, peço que denunciem ao Conselho.

Hélio Ricardo Lippi Neves
(Psicólogo CRP 05/18350)

E-mail: capowolf@yahoo.com.br

As cartas para o Jornal do CRP-RJ devem ser enviadas para a sede do Conselho ou para o e-mail comunicacaosocial@crprj.org.br

Expediente

Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP/RJ

Rua Delgado de Carvalho, 53 – Tijuca - CEP: 20260-280

Tel/Fax: (21) 2139-5400 - E-mail: crprj@crprj.org.br

Diretoria Executiva:

José Novaes - *Presidente*
Cecília Maria Bouças Coimbra - *Vice-presidente*
Maria Christina Magalhães Orrico - *Secretária*
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho - *Tesoureiro*

Membros Efetivos:

Alessandra Daflon dos Santos
Alexandre Bárbara Soares
Ana Lucia de Lemos Furtado
Fabiana Castelo Valadares
José Henrique Lobato Vianna
Luiz Fernando Monteiro Pinto Bravo
Maria Beatriz Sá Leitão
Maria Márcia Badaró Bandeira
Marília Alvares Lessa
Noeli de Almeida Godoy de Oliveira
Rosilene Souza Gomes de Cerqueira

Membros Suplentes:

Ana Paola Frare
Carla Silva Barbosa
Cynthia Maria da Costa Losada
Marcos Carlos Adissi
Mônica Maria Raphael da Roza
Nélio Zuccaro
Paula Rebello Magalhães de Oliveira
Queiti Batista Moreira Oliveira
Rosa Maria Carvalho Reis
Sílvia Helena Santos do Amaral

Valéria da Hora Bessa
Valéria Marques de Oliveira
Walter Melo Júnior

Comissão Editorial:

Alessandra Daflon dos Santos
Alexandre Bárbara Soares
Ana Lucia de Lemos Furtado
Carla Silva Barbosa
Cecília Maria Bouças Coimbra
Maria Beatriz Sá Leitão

Jornalista Responsável

Marcelo Cajueiro
MTb 15963/97/79

Projeto Gráfico

Octavio Rangel

Redação

Liza Albuquerque
Juliana Paixão (estagiária)

Produção Editorial

Diagrama Comunicações Ltda.
(21) 2232-3866 / 3852-6820

Impressão

Ediouro Gráfica e Editora S/A

Tiragem

26.000 exemplares

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do CRP-RJ.

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Filiado à União Latino Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI)

CRP-RJ participa de oficina do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ

O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ (GTNM/RJ) ofereceu nos dias 11 e 12 de março uma oficina aos Conselhos Regionais de Psicologia e de Serviço Social do Rio de Janeiro para discutir a questão dos direitos humanos no mundo atual. A Oficina “Direitos Humanos no contemporâneo – as novas formas de militância e reinvenção política”, parte do Projeto Clínico Grupal do GTNM/RJ, foi coordenada pela psicóloga Cristina Rauter e pela médica Tânia Kolker.

Ao analisar a situação do Brasil, onde a erosão e a deslegitimação da noção de direitos humanos está em evidência, o grupo de 25 psicólogos e 25 assistentes sociais discutiu algumas formas para reverter esse quadro. “Temos uma urgência para resolver a questão social brasileira. E estamos numa posição privilegiada para isso, pois as nossas profissões nos deixam muito próximos dessa realidade”, disse Rauter.

Novas estratégias de militância e formas de intervenção foram sugeridas pelos participantes. Uma delas foi a utilização do Protocolo de Is-

tambul, um manual de investigação e registro de tortura e violação de outros direitos humanos resultante do VII Simpósio Internacional sobre a Tortura, realizado em Nova Deli em 1999. “Ele pode servir como mais uma ferramenta para a atuação dos profissionais diante da sua responsabilidade social”, disse Kolker.



Abaixo à esquerda, psicólogos e assistentes sociais se apresentam e trocam experiências. Abaixo à direita, participantes divididos em quatro grupos discutem casos de violação de direitos humanos que tenham sofrido ou presenciado no exercício de suas funções. Ao lado, participantes encenam um dos casos escolhidos após discussão.



CRP-RJ no Fórum Social Mundial

Foto: Ricardo Stricher

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) marcou presença no Fórum Social Mundial 2005 com a realização de uma corrida oficina sobre a produção do medo nos grandes centros urbanos. Organizado e coordenado pela Comissão Regional de Direitos Humanos do Conselho (CRDH), o encontro aconteceu, em 30 de janeiro, no complexo montado em Porto Alegre para o Fórum.

A oficina “Psicologia e Direitos Humanos:

produção do medo nos grandes centros urbanos” teve duração de aproximadamente três horas e reuniu cerca de 50 participantes, incluindo profissionais e estudantes de psicologia. O evento começou em uma das tendas do Fórum, mas o forte calor fez com que os organizadores transferissem o debate para um espaço próximo. Sob a sombra de árvores, o encontro ganhou um ar de informalidade e atraiu várias pessoas que circulavam pelo Fórum.

Maria Beatriz Sá Leitão, coordenadora de Comissão Regional de Direitos Humanos, abriu a oficina com uma apresentação de cerca de 15 minutos. Em seguida, foi realizada uma dinâmica de grupo, que permitiu que os participantes expressassem suas visões e experiências pessoais e profissionais sobre o medo.

Na sequência, os organizadores distribuíram e leram trechos de uma entrevista de Chico Buarque, publicada no jornal Folha de S. Paulo, em 26 de dezembro. Na entrevista, que teve como



Foto: Luis Abreu



Foto: Inês Arigoni

título “Querem exterminar os pobres do Rio”, o compositor afirma que a difusão do pânico tem produzido uma onda conservadora, que leva alguns setores da sociedade a responsabilizar os menos favorecidos pela violência.

Após a leitura, duas representantes do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, convidadas pela CRDH, Tânia Kolker e Vera Vital Brasil, falaram sobre o tema da oficina. Durante todo o encontro, houve um grande debate com os participantes.

“No final da oficina, algumas pessoas nos procuraram para agradecer”, afirma Beatriz, que organizou o encontro com outra integrante da Comissão de Regional Direitos Humanos, Esther Arantes, e contou com a colaboração da vice-pre-

sidente do CRP-RJ, Cecília Coimbra. Outros dois membros da Comissão, Ana Lúcia Furtado e José Henrique Lobato, também colaboraram na organização e participaram da oficina, assim como as conselheiras do CRP-RJ Fabiana Valadares, Carla Barbosa, Christina Orrico e Rosilene Souza de Cerqueira. Todos trocaram experiências e contribuíram em diversas outras oficinas e conferências durante o evento.

O Fórum Mundial Social 2005, que teve como lema “Um outro mundo é possível”, reuniu na capital gaúcha cerca de 150.000 representantes de ONGs, sindicatos, cooperativas, conselhos e outras organizações de movimento social de diversos países.

Foto: Ireno Jardim



Estudantes de psicologia também vão ao Fórum

Os estudantes de psicologia também marcaram presença no Fórum Social Mundial 2005 em Porto Alegre. Alunos da UFF, Uerj e UFRJ uniram-se para debater propostas para amenizar os problemas sociais e conhecer novos projetos e perspectivas. Foram 11 dias, na capital gaúcha, período no qual participaram de diversas oficinas e compareceram a palestras dos mais variados assuntos.

André Martins, aluno do 9º período de psicologia da UFF, que também esteve presente no Fórum Social Mundial de 2003, disse o que representa participar de um evento como este: “Você sai de casa e se abre para novas idéias. Ali você tem a oportunidade de colocar em prática a teoria da faculdade e discutir com novas cabeças. Ouvimos conceitos estudados em cursos de psicologia de outros estados. São novas visões”.

Os estudantes ficaram alojados no Parque da Harmonia, onde acamparam cerca de 40 mil pessoas. Kiko Netto, aluno do 9º período de psicologia da UFF, foi um dos organizadores do acampamento que foi dividido em Centros de Ação. Foram sete Centros onde diferentes movimentos discutiram questões como saúde, ecologia, lutas globais, juventudes partidárias, diversidade sexual e raízes do hip hop.

“O acampamento, apesar de financiado pelo Fórum, possuía autonomia política e funcionou como um laboratório de práticas. In-

Foto: Arquivo D. A. UFF



felizmente, a grande maioria lá instalada não tinha noção de sua importância, mas os Centros de Ação fizeram a diferença, pois possibilitaram a troca de experiências”, afirmou Kiko que participou do Centro Caracol Intergalactika.

A marcha de abertura do evento emocionou a aluna do 7º período de psicologia da UFF, Livia Costa: “A população toda na rua chamando a atenção do mundo. Os movimentos ganhando força com a união de todos.”

Para a estudante de psicologia Vanessa Xisto, do 9º período da Uerj, o mais interessante nesta experiência foi perceber a união de diferentes movimentos lutando por um ideal, além de ver de perto a discussão de temas que só lia em jornais. Vanessa assistiu à oficina sobre Direitos Humanos, coordenada pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ). “Foi uma ótima oportunidade para ampliar meus horizontes, pois não ouço muito sobre Direitos Humanos na Faculdade e ain-

da pude conhecer melhor o trabalho do Grupo Tortura Nunca Mais”.

Apesar das dificuldades no acampamento como a infra-estrutura deficiente e a falta de segurança, os estudantes mostravam-se realizados com a viagem ao Fórum, que definiram como enriquecedora. Jean Loup Jospin, do 8º período de psicologia da UFF, lamentava a dificuldade em assistir a mais oficinas de seu interesse: “Era muita coisa acontecendo ao mesmo tempo, não tinha como participar de tudo”.

Os estudantes ainda colaboraram na luta contra o Ato Médico. Orientados pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRP-07), distribuíram panfletos de conscientização sobre este Projeto de Lei, enquanto passavam um abaixo-assinado da campanha “Agora são outras 500”.

Foto: Eduardo Quadros



Cobrança e dívida ativa: esclarecendo dúvidas e incompreensões

O CRP-RJ iniciou, em novembro de 2004, o processo de cobrança de profissionais nele inscritos, tanto pessoas físicas como jurídicas, que estavam em débito pelo não-pagamento de uma ou mais anuidades e/ou parcelas nos anos de 2000, 2001, 2002 e 2003.

O processo de cobrança dos profissionais nele inscritos é tarefa precípua dos Conselhos Regionais, estabelecido pela Lei nº 5766/71, de 20 de dezembro de 1971 que criou o CFP e os CRPs, em seu Artigo 16: “O patrimônio do CFP e dos CRPs será constituído de... IV – taxas, anuidades, multas e outras contribuições a serem pagas pelos profissionais”.

O Decreto nº 79.822, de 17 de junho de 1977, que regulamenta a Lei acima, estabelece, em seu Artigo 13: “Cabe aos Conselhos Regionais...”

V – arrecadar anuidades, taxas, emolumentos e multas e adotar todas as medidas destinadas à efetivação de sua receita e do Conselho Federal”; e no mesmo artigo, XVII, lê-se: (Cabe aos CRPs) promover, perante o juízo competente, a cobrança das importâncias correspondentes a anuidades, taxas, emolumentos e multas, esgotados os meios de cobrança amigável”.

Ocorre que desde 1998, pelo menos, o CRP-RJ não fazia esta cobrança: seus gestores, na ocasião, haviam contratado uma firma para realizá-la, primeira irregularidade, e o contrato havia sido feito sem o necessário processo licitatório, outra irregularidade. Quando, por ocasião da destituição da X Plenária, na Assembléia Geral de 10 de março de 2003, a Comissão Gestora indicada pelo CFP assumiu o CRP-RJ, havia sido perdida a possibilidade de cobrança dos psicólogos em atraso do ano de 1998, pois a dívida deste ano já havia prescrito. No final de 2003/início de 2004, fez-se a cobrança do ano de 1999. Agora, então, o CRP-RJ decidiu juntar os quatro anos,

de 2000 a 2003, para fazer esta cobrança, e alguns esclarecimentos se fazem necessários, na tentativa de dissipar dúvidas e incompreensões por parte de profissionais.

No final de novembro de 2004, o CRP-RJ enviou uma carta – “1ª Convocação” – aos psicólogos supostamente inadimplentes, dizendo “... até o momento não localizamos em nosso sistema o pagamento de uma ou mais anuidades e/ou parcelas nos anos de 2000, 2001, 2002 e 2003”. Cuidadosamente, usamos os termos e expressões “supostamente”, e “até o momento”, pois a situação administrativa encontrada no CRP-RJ, em março de 2003, beirava o caótico: os prontuários dos psicólogos eram incompletos, faltavam documentos essenciais para que a inscrição pudesse ser feita (e no entanto tinha sido feita), os dados de pagamento de anuidades e da cobrança no sistema eram falhos e incompletos, não estavam atualizados. O contrato com a empresa externa que realizava a cobrança, paralelamente ao próprio CRP-RJ, tinha sido rompido após denunciado como irregular por sindicâncias e auditorias, e os dados das cobranças e processos de parcelamento feitos por esta empresa não tinham sido incluídos no sistema.

A Comissão Gestora, de março de 2003 a setembro 2004, lutou como pôde para sanar estas deficiências, e o atual Plenário do CRP-RJ tem consciência disto, já que cinco conselheiros dela participaram. No entanto, a superação desta situação no cadastro só será feita satisfatoriamente após o processo de recadastramento, que será realizado por empresa externa, dado o montante do trabalho a ser feito, o que torna impossível fazê-lo com os recursos humanos do CRP-RJ, como o comprovam as tentativas anteriores feitas pela Comissão Gestora e pela XI Plenária. Sobre este recadastramento, leia matéria nesta

edição de nosso jornal.

Após a carta acima referida, o CRP-RJ enviou, em documento datado de meados de dezembro, uma certidão de inclusão na Dívida Ativa, em que se especificava quanto, supostamente, o (a) profissional devia ao Conselho. Também esta carta se incluía no processo interno, amigável, de cobrança; lembrando o que foi apresentado acima, o Conselho deve proceder à cobrança judicial das importâncias devidas pelo(a) profissional “...esgotados os meios de cobrança amigável”.

Esclarecemos o que pode ter sido uma primeira dúvida ou incompreensão: na carta – “1ª convocação” – não dizíamos que o (a) profissional devia todas as anuidades, de 2000 a 2003; podia devê-las todas, ou duas, ou uma apenas e/ou parcelas; a outra comunicação, a certidão de inclusão em Dívida Ativa, especificava o quanto o (a) profissional devia segundo nossos levantamentos, que, como já foi admitido anteriormente, podem conter falhas, incorreções e incompletudes.

Isto implica, portanto, que a carta enviada em início de dezembro, convocando o (a) profissional a regularizar sua situação perante o Conselho, e a Certidão de inclusão em Dívida Ativa, enviada em final de dezembro, fazem parte desta fase **interna, administrativa, de cobrança amigável, para esgotar os meios de fazê-la**. Nesta fase, a inclusão em Dívida Ativa significa que o nome do(a) psicólogo (a) está inscrito em livro que fica no CRP-RJ; quando a dívida tiver sido quitada, ao final do parcelamento, seu nome será retirado deste livro. A Certidão de Dívida Ativa não foi enviada ainda a juízo, só o será após esta fase, quando o (a) profissional não se dispuser a regularizar sua situação diante do CRP-RJ; mesmo quando isto for feito, o ônus para o (a) profissional será a restrição para a emissão de Certi-

dões Negativas na Receita Federal. Não implicará na impossibilidade de compras a crédito, ou de ter cartão de crédito, ou ter seu nome inscrito em empresas como o SPC, SERASA, e muito menos ainda a anulação de sua inscrição no CPF, absurdo aventado em correspondência enviada ao CRP-RJ.

O CRP-RJ não se exime de falhas, erros e omissões neste processo; grande parte deles deve-se à situação ainda bastante desorganizada e incompleta de nosso cadastro, como acima relatado. Pedimos, mais uma vez, desculpas pelas ocorrências que tenham sido de responsabilidade nossa, mas entendemos que parte delas deveu-se a incompreensões e interpretações errôneas dos (das) profissionais com relação ao processo de cobrança ora em curso. Assumimos também que parte destas incompreensões e interpretações errôneas - como a impressão de se sentirem "ameaçados", presentes em várias comunicações que chegaram a nós - ocorreu por conta de não termos esclarecido devida e detalhadamente o processo de cobrança que estamos realizando.

O fundamento legal destas cobranças já foi apresentado; poderíamos detalhar mais ainda o tema, citando novamente o Decreto nº 79.822/77 que diz, em seu Artigo 49: "A inscrição do Psicólogo, o fornecimento da identidade profissional e certidões, bem como o recebimento de petições, estão sujeitos ao pagamento das anuidades, taxas e emolumentos"; e no Artigo 50: "O pagamento das anuidades do Conselho Regional constitui condição de legitimidade do exercício da profissão pelo Psicólogo". E, ainda a Lei 5766/71, que determina, em seu Artigo 26: "Constituem infrações disciplinares além de outras... inciso VI: deixar de pagar aos Conselhos, pontualmente, as contribuições a que esteja obrigado."

Esperamos ter esclarecido pelo menos parte das dúvidas dos(das) psicólogos(as), e continuaremos à disposição para tentar sanar quaisquer outras que surjam.

José Novaes

Conselheiro-Presidente do CRP-RJ

CRP-RJ promove debate sobre sigilo profissional



A questão da quebra do sigilo profissional na nova proposta do Código de Ética profissional dos psicólogos foi tema de debate promovido pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ). O evento ocorreu, no dia 10 de março, no Auditório Hélio Fraga do *Campus* da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e contou com a presença dos filósofos e professores da UFF Auterives Maciel e Nadia Filomena e da psicóloga jurídica do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro Eliana Olinda.

A mesa e a platéia questionaram a legitimidade da quebra obrigatória do sigilo profissional por parte dos psicólogos. Para muitos presentes, a quebra obrigatória do sigilo em determinados casos pré-estabelecidos pelo novo Código de Ética poderia gerar uma ruptura na confiança entre o paciente e o psicólogo. Assim, o psicólogo, obrigado a denunciar alguns de seus pacientes, passaria a ter poder de polícia. "Se a quebra de sigilo se tornar obrigatória, devo atender meus pacientes com uma algema em cima da mesa?", ironizou o conselheiro e tenente-psicólogo da Polícia Militar, Pedro Paulo Gastalho.

O filósofo Auterives Maciel questionou até mesmo a legitimidade da existência de um Código de Ética pré-definido que impõe ao psicólogo a discussão de regras já consolidadas: "O domínio facultativo que caracteriza a ética já foi eliminado."

A discussão promovida pelo CRP-RJ é fruto

da necessidade de revisão do Código de Ética dos psicólogos, apontada pela categoria no IV Congresso Nacional de Psicologia de 2001. Desde então, o tema foi amplamente discutido por todos os conselhos regionais do país, que encaminharam suas teses para o Fórum Nacional de Ética ocorrido em novembro de 2003, em Brasília.

Em dezembro do ano passado, o novo Código de Ética seria rediscutido e votado na Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras (APAF), mas alguns conselhos regionais, entre eles o CRP-RJ, pediram o adiamento da votação para a próxima APAF, que será realizada em maio. Para o CRP-RJ e demais conselhos que fizeram esse pedido, a questão da quebra do sigilo profissional no Novo Código de Ética dos psicólogos, por ser bastante complexa, necessitava de mais tempo para ser analisada e discutida pela categoria.



XI Plenária implementará plano de desenvolvimento profissional

Após um estudo realizado com os funcionários, em outubro de 2004, que apontou uma série de sugestões para a área de recursos humanos, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) decidiu realizar anualmente uma avaliação de desempenho com todos os seus funcionários. Parte da política de gestão da XI Plenária, essa ação servirá como base para a construção de um plano de desenvolvimento profissional do pessoal do CRP-RJ.

O formato da avaliação de desempenho dos funcionários está sendo discutido pelos membros da Comissão de Recursos Humanos, composta pelos conselheiros Luiz Fernando M. P. Bravo, Maria Christina Orrico e Noeli Godoy. Assim que estiver pronto, o projeto de avaliação ainda tem de ser aprovado em reunião plenária, mas os conselheiros membros da comissão já têm uma idéia de como será feita a avaliação. “Os funcionários do CRP-RJ serão provavelmente avaliados por um comitê de três ou quatro pessoas e também

responderão a um questionário de auto-avaliação. Ainda estamos discutindo como isso será feito”, disse Christina.

O resultado dessa avaliação anual servirá como base para a Comissão de Recursos Humanos traçar um plano de desenvolvimento do desempenho dos funcionários.

Esse esforço é uma das respostas da Comissão às necessidades apontadas pelo estudo realizado em outubro de 2004 com os funcionários do CRP-RJ. O estudo apontou, como sugestões, a necessidade da melhoria da comunicação interna, da disponibilização de informações sobre as perspectivas profissionais e do treinamento dos funcionários em áreas de interesse do Conselho. As avaliações de desempenho anuais irão contribuir para o crescimento profissional da equipe e para facilitar a comunicação entre os funcionários.

Outras medidas já foram tomadas pela Comissão de Recursos Humanos para melhorar a comunicação interna. Uma delas foi a



retomada de reuniões periódicas entre os diversos setores do CRP-RJ, os coordenadores de todas as comissões e a Diretoria Executiva. Assim, qualquer decisão passará a ser do conhecimento de todos.

CATE faz pesquisa sobre título de especialista

A Comissão de Análise para Concessão do Registro do Título de Especialista (CATE) conduzirá um estudo, entre os psicólogos do Estado do Rio de Janeiro, sobre o impacto da concessão desses títulos.

Segundo a conselheira do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) Márcia Badaró, a CATE resolveu fazer a pesquisa atendendo a determinações do V Congresso Nacional de Psicologia e do Conselho Federal de Psicologia (CFP). O CRP-RJ tem recebido muitos questionamentos, principalmente quanto à não aceitação apenas da titulação acadêmica para obtenção do título de especialista.

“A concessão do título de especialista está ancorada em resoluções do CFP, que privilegiam a

experiência do psicólogo no mercado de trabalho, não sendo extensivo aos profissionais com títulos exclusivamente acadêmicos”, diz Márcia.

Para realizar o estudo, a CATE selecionou uma amostra representativa dos cerca de 26 mil psicólogos ativos inscritos do estado. O grupo da amostra foi dividido em três: psicólogos com título e sem carteira de especialista, psicólogos com título e carteira de especialista e psicólogos sem título de especialista.

A pesquisa será realizada através de questionários enviados por carta ou e-mail. Além de Márcia, participaram da elaboração da metodologia da pesquisa a conselheira Ana Lúcia de Lemos Furtado e a psicóloga Eliana Vianna. Durante o planejamento, execução e avaliação do projeto, a CATE contará com a assessoria da psicóloga e professora da Uerj Heliana de Barros Conde Rodrigues.

As Resoluções do CFP estabelecem três formas de obtenção do título:

- 1) por experiência comprovada de cinco anos, em prazos determinados para cada especialidade conforme calendário estabelecido pelo CFP;
- 2) por concurso na área e dois anos de experiência comprovada;
- 3) por conclusão de cursos de especialização, credenciados pelo CFP.

Entidades tentam resgatar Conselho da Comunidade

O novo Conselho da Comunidade tomou posse em 7 de março, mas ainda sofre com a situação indefinida quanto a sua real finalidade e modo de atuação. O Conselho, formado por diversas entidades da sociedade civil, consolidou-se nos últimos anos como o principal defensor dos direitos humanos no caótico sistema carcerário do Estado do Rio de Janeiro. Porém, sua função fiscalizadora está ameaçada devido a intervenção do juiz titular da Vara de Execução Penal (VEP) Carlos Augusto Borges, que alegou que caberia a ele mesmo, não só a presidência do Conselho da Comunidade, mas também a escolha das entidades integrantes.

Algumas entidades como o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, as ONGs Justiça Global, Coisas de Mulher e o Instituto de Estudos Criminais do Rio de Janeiro da Universidade Cândido Mendes foram excluídas do Conselho da Comunidade, pois o juiz não solicitou a indicação de nomes dessas entidades para a nova posse.

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) posicionou-se contrário à posse dos novos Conselheiros devido à atitude do juiz. Porém, após assembléia realizada com antigos membros do Conselho em 1 de março, o CRP-RJ reavaliou a importância de tomar posse a fim de tentar tornar o Conselho da Comunidade mais forte e combativo.

Durante a posse, foi entregue ao juiz um documento assinado por várias entidades, entre elas o CRP-RJ. O documento reivindica maior autonomia para o Conselho, reafirmação do caráter fiscalizador da entidade, conforme prevê a Lei de Execução Penal (LEP), e a eleição para a presidência do Conselho, de acordo com a recomendação do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

O juiz Carlos Augusto Borges recebeu o documento, mas entrou de férias e ainda não se pronunciou sobre as reivindicações das entidades.



Foto: Michael Maurice Ojmendi / Associação pela Reforma Prisional

Nesse meio tempo, o Conselho da Comunidade continua a realizar algumas visitas às instituições prisionais, ainda que sem a regularidade e a repercussão de mídia do passado.

“A nossa intenção é que as entidades excluídas voltem a fazer parte do Conselho da Comunidade. Aguardamos a resposta do juiz ao nosso documento”, afirma a conselheira do CRP-RJ Maria Beatriz Sá Leitão, que, ao lado da conselheira Márcia Badaró, representam o CRP-RJ no Conselho da Comunidade.

O Conselho da Comunidade, sempre atuante na fiscalização dos presídios cariocas, denunciava violações de direitos humanos para a mídia. O juiz pediu a dissolução do Conselho em 6 de dezembro de 2004 para transformá-lo em uma entidade meramente colaboradora com caráter assistencialista, conforme decisão por ele comunicada aos antigos membros do conselho da comunidade. Em 17 de dezembro, o juiz compôs e instalou o Conselho da Comunidade conforme esses parâmetros.

CRP-RJ na luta contra o Ato Médico

A campanha contra o Ato Médico continua a pleno vapor e ganhou uma nova aliada. Em audiência pública realizada no dia 11 de março, na Escola de Enfermagem Anna Nery, a senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO), relatora do Projeto de Lei do Ato Médico (PL 25/02), se comprometeu a elaborar uma nova proposta em substituição ao texto atual. Segundo a senadora, a medicina necessita de regulamentação profissional, mas sem prejudicar outros profissionais da área de saúde. A senadora pretende arquivar o atual projeto e elaborar um projeto substitutivo, que deverá ter sua primeira versão pronta até o início de abril.

Para elaboração deste novo projeto, foi criado um grupo de trabalho multidisciplinar que já fez o levantamento de todas as leis que regulamentam as profissões de saúde em nosso país e em países considerados progressistas nesta área, como EUA, Canadá e França. A primeira versão do projeto substitutivo será apresentada a representantes de cada profissão envolvida, que terão prazo para estudar o conteúdo do projeto e apresentar considerações ao texto. Somente após esta primeira avaliação e feitas as eventuais alterações, o projeto substitutivo será levado à audiência pública para discussão.

Além de representantes do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ), estavam presentes à audiência os Conselhos Regionais de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia e Nutrição. Os Sindicatos profissionais de Psicologia, Enfermagem e Nutrição também participaram. Todos fazem parte da campanha “Agora são outras 500”, uma iniciativa do Conselho Federal de Psicologia (CFP) para levar ao Congresso Nacional um milhão de assi-



Fotos: Hudson Soeiro / Crefito-02

naturas contra o PL 25/02.

As assinaturas devem chegar à sede do CFP até o dia 27 de abril e, para isso, a Campanha “Agora são outras 500!” organizou diversas manifestações em todo o país durante o Dia Mundial da Saúde, em 7 de abril. O CRP-RJ participou em março das atividades de recepção aos alunos de psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), divulgando a campanha e arrecadando assinaturas (ver box ao lado).

A comissão nacional da Campanha “Agora são outras 500!” é composta por mais 11 categorias da área da saúde, o que demonstra a insatisfação dos profissionais em relação ao PL 25/02. “O projeto é uma interferência na autonomia dos demais profissionais de saúde. É uma medida que

centraliza em uma única profissão o diagnóstico e a terapia”, disse Enderson Hernandes Castilho, conselheiro do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro (Coren).

O Projeto de Lei 25/02, que institui o Ato Médico, é de autoria do ex-senador Geraldo Althoff (PFL/SC). O projeto prevê a autorização do médico para o acesso aos demais serviços de saúde.

O Conselho Federal de Medicina (CFM) considera o Ato Médico apenas uma regulamentação do exercício de suas práticas profissionais. “O PL 25/02 objetiva tão somente regulamentar os atos médicos, fortalecendo o conceito de equipe de saúde e respeitando as esferas de competência de cada profissional. Em nenhuma linha do projeto encontraremos violações de direitos adquiridos, arrogância ou prepotência em relação aos demais membros da equipe. Ninguém

trabalha pela saúde da população sozinho, muito menos sem a presença do médico”, afirma Mauro Brandão Carneiro, médico e coordenador da Comissão Nacional de defesa do Ato Médico, do CFM.

Os conselhos federais e regionais de Biologia, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e técnicos em radiologia discordam. Para estas entidades, o Ato Médico é a centralização do acesso aos serviços de saúde em um único profissional. “A regulamentação profissional é legítima. Mas ela não pode servir de instrumento de interferências, violações e limitações ao exercício profissional e muito menos de instauração de subalternidade

de determinadas profissões em relação a outra”, declarou Luiz Fernando S. Chiavegatto, presidente do Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro (CRF-RJ).

Apoiam a Campanha “Agora são outras 500!” as seguintes instituições: Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar, Instituto Sedes Sapientiae, Associação Brasileira de Odontologia, Associação Brasileira de Naturologia, Instituto Brasileiro de Optometria (IBO), Colégio Oficial de Psicólogos da Espanha, Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura (Sobrapa), Sindicato dos Psicólogos do Estado de Minas Gerais, Fundação Assistencial dos Servidores do Incra, Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos e a Rede Sara de Brasília.



Foto: Hudson Socio / Crefito-02

“Agora São Outras 500” nas faculdades

Começou em março o ano letivo nas universidades. Além do tradicional trote, houve também, em algumas instituições, mobilização contra o Ato Médico. Na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), os calouros assistiram a uma palestra de conselheiros do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) sobre o PL 25/02. O presidente do CRP-RJ José Novaes e a vice-presidente Cecília Coimbra, que ministraram as palestras, também ressaltaram a preocupação da atual gestão do Conselho com os Direitos Humanos.

A iniciativa partiu do Diretório Acadêmico da UFF, que convidou o CRP-RJ para a recepção dos estudantes. “A nossa idéia principal foi de acolhimento dos calouros para que eles



interajam com as questões políticas que atravessam a Universidade e a profissão de psicólogo”, afirmou Júlio César Nicodemos, membro do D.A. da UFF.

As palestras da UFF e da Uerj estavam repletas de estudantes. Calouros e veteranos esclareceram suas dúvidas quanto ao PL 25/02, do qual muitos nem tinham conhecimento. Novaes chamou a atenção dos universitários para o “Movimento Agora São Outras 500” e pediu apoio para a campanha de coleta de assinaturas para o abaixo-assinado, que deverá ser entregue ao Conselho Federal de Psicologia (CFP), até o dia 27 de abril.

A caloura da UFF Carolina Cremonez ainda não tinha conhecimento deste Projeto de Lei:

“Quando fiz vestibular para psicologia não fazia idéia deste Projeto do Ato Médico que me parece absurdo. Acho que ele será vetado”, afirmou.

Já Celeste Leite, outra caloura da UFF, estava preocupada com os efeitos que tal medida poderia causar: “A gente fica sem saber se vai conseguir exercer a profissão daqui a cinco anos”.

Segundo Novaes, a luta contra o Ato Médico não é contra a regulamentação da profissão de médico, e sim contra alguns itens do Projeto que interferem na ação de psicólogos, fisioterapeutas e outros profissionais da área da saúde, pois restringem ao médico a prescrição terapêutica de qualquer ação na área de saúde, subordinando todas as demais profissões à Medicina.

A vice-presidente do Conselho Cecília Coimbra ressaltou o compromisso do CRP-RJ em relação aos Direitos Humanos, que também foi tema de oficina coordenada pelo CRP-RJ no Fórum Social Mundial, realizado no início deste ano, em Porto Alegre.

Assim como na UFF e na Uerj, a Universidade Estácio de Sá - Campus de Santa Cruz também incluiu nas atividades de recepção aos novos alunos de psicologia o recolhimento de assinaturas contra o PL 25/02. O abaixo-assinado foi encaminhado ao CRP-RJ.



CRP-RJ com as contas em dia



O Conselho Federal de Psicologia (CFP) apresentará na Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras (APAF) de maio a prestação de contas do ano de 2004 do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) e demais conselhos regionais.

A Comissão de Auditoria e Controle Interno do CRP-RJ e a empresa Via Consult, contratada pelo CFP, realizaram uma rigorosa auditoria nas contas do CRP-RJ e constataram que o Conselho cumpre com as normas e os procedimentos administrativos, financeiros e contábeis exigidos

por lei e zela pela lisura e transparência.

Instituída logo após a posse da XI Plenária, a Comissão de Auditoria e Controle Interno iniciou em dezembro de 2004 o trabalho de fiscalização das contas do CRP-RJ. “Nosso objetivo é realizar auditorias preventivas para otimizar a auditoria anual da CFP”, afirmou o Conselheiro Luiz Fernando M. P. Bravo, que é o coordenador da Comissão. “É uma forma de a XI Plenária garantir a transparência e a lisura de sua adminis-

tração durante os três anos de seu mandato”.

Na semana de 14 a 18 de fevereiro, o CRP-RJ recebeu a visita de representantes do CFP e da Via Consult, que foi contratada através de licitação pelo CFP para realizar as auditorias em todos os conselhos regionais.

O resultado dessa fiscalização está sendo analisado e será aprovado pelo próprio CFP. De acordo com o coordenador contábil e financeiro do CFP Evaldo Augusto da Silva o Tribunal de Contas da União (TCU) desobrigou todos os conselhos profissionais de prestar contas a partir de 2001, porque o movimento de recursos dessas instituições não era tão significativo. Mas o CFP continua extremamente rigoroso na análise das contas de todos os conselhos regionais, ressalta Evaldo.

Além de Luiz Fernando, também fazem parte da Comissão de Auditoria e Controle Interno do CRP-RJ os conselheiros Alexandre Bárbara Soares e Sílvia Helena Amaral e a psicóloga colaboradora Maria de Fátima Scaffo.



A Ética como prioridade

Uma das funções principais dos conselhos profissionais é a orientação e fiscalização das práticas profissionais. No caso do Sistema Conselhos de Psicologia, cada conselho regional é responsável, enquanto seção do Conselho Federal de Psicologia, por orientar, fiscalizar e julgar todas as denúncias apresentadas pela sociedade em geral contra psicólogos inscritos e atuantes em seu regional.

Assim que nossa gestão assumiu este conselho regional, decidimos dar uma atenção especial a Comissão de Ética (COE), entendendo que o bom reconhecimento de nossa profissão passa pela garantia de um espaço onde a sociedade pode recorrer quando percebe seus direitos violados por profissionais.

Na intenção de garantir que todas as denúncias que cheguem a este conselho sejam avaliadas, nossa gestão constituiu 4 comissões de instrução de processos éticos. Estas comissões são responsáveis por avaliar todas as denúncias éticas que chegam no CRP-RJ, convocar os denun-

ciados a se defenderem e emitir parecer opinando ou não pela abertura de processo ético.

São também as comissões de instrução as responsáveis por dar todos os andamentos necessários aos processos instaurados. Neste caso cabe às comissões de instrução fazer oitivas com testemunhas, solicitar perícias e recolher provas necessárias à apuração dos casos.

Para a composição das 4 comissões de instrução foram nomeados 16 psicólogos sendo 8 destes conselheiros desta gestão. Os demais psicólogos foram nomeados em função de possuírem conhecimento de nosso Código de Processamento Disciplinar, e estarem dispostos a dar seu tempo e conhecimento em prol de nossa profissão, pois não se tratam de cargos remunerados.

De acordo com nossos levantamentos iniciamos o ano de 2005 com 131 denúncias éticas; destas, apenas 50 foram abertas nos anos de 2003 e 2004. Todas as demais ainda se referem ao montante de denúncias não avaliadas no período de 1998 a 2002.

Sabemos que ainda há muito trabalho a fazer. É nosso dever ético avaliar com cautela e isenção todas as denúncias que chegam a este conselho. Há prescrição, já constatada por nós até o momento, de 8 denúncias éticas no período de 1998 a 2002, algumas delas já configuradas como processos éticos bem fundamentados, que não podem mais ter andamento por omissão das gestões anteriores.

Cabe ressaltar que tais denúncias prescreveram e, portanto, não podem ser reabertas por nossa gestão. Sustentando nosso compromisso de campanha, que preconizou a “Ética e o Compromisso Social”, e calçados no princípio da transparência, informamos que desde nossa posse priorizamos a atuação da Comissão de Ética.

Esse é um compromisso dessa gestão, não só com a categoria que passará a ter seus profissionais mais valorizados e respeitados, mas com toda a sociedade que passará a contar com esta autarquia na defesa de seus direitos conforme prevê nosso código de ética profissional.

XI Plenária dá início ao recadastramento

A XI Plenária está empenhada em fazer o recadastramento dos 26 mil psicólogos com matrícula ativa registrados no Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ). A atual gestão abriu processo de licitação para a contratação de empresa especializada para atualizar o cadastro de filiados.

Estima-se que este trabalho tenha início no mês de abril. “O recadastramento é fundamental, pois, com um cadastro limpo, seguro e confiável, temos mais possibilidades de orientar e fiscalizar os psicólogos”, afirma José Novaes, conselheiro-presidente do CRP-RJ.

A Comissão Gestora, instituída em março de 2003 por indicação do Conselho Federal de Psicologia (CFP) para gerir o CRP-RJ, já havia identificado falhas no cadastro administrativo e financeiro. Na época, a Comissão tentou contornar e minimizar estas deficiências.

Ao assumir em setembro do ano passado, a XI Plenária preocupou-se em continuar o processo de organização dos documentos do CRP-

RJ. Verificou-se sinais evidentes de que gestões anteriores cometeram irregularidades administrativas, financeiras e éticas.

Segundo Novaes, o CRP-RJ não dispõe de mão-de-obra para executar o trabalho de recadastramento: “Não há como deslocar funcionários já atribulados com suas funções, por isso o processo de licitação foi aberto.”

A empresa contratada será responsável por atualizar o sistema e verificar a documentação obrigatória de todos os profissionais e empresas cadastradas no Conselho, além de organizar e arquivar devidamente os documentos. Outra tarefa da empresa será o envio de notificações de comparecimento ao CRP-RJ para os psicólogos e representantes de empresas com cadastro irregular.

“O maior problema nos arquivos do CRP-RJ é quanto à falta da documentação no registro de alguns psicólogos. Muitos apresentam a declaração de conclusão de curso para conseguir o registro provisório, mas nunca voltam para a



entrega do diploma e para ter sua carteira definitiva. Isso não deve continuar”, afirma Novaes.

Outra questão fundamental é quanto ao cadastro de cobrança, motivo de muitas reclamações no CRP-RJ. Muitos profissionais recebem carta de cobrança mesmo quando já efetuaram pagamento ao Conselho. Caberá a esta empresa conferir a baixa dos boletos bancários em aberto no sistema para evitar as cobranças indevidas.

Conselho de cara nova

Com a escolha de um novo logotipo, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) concluiu, no fim de março, o processo de renovação de sua identidade visual. A nova marca é inspirada num dos mais emblemáticos cartões postais do Rio de Janeiro, o Pão de Açúcar.

A escolha começou em fevereiro e foi feita através de consulta via internet, no site do Conselho, e também em urnas localizadas na sede e nas subsedes do CRP-RJ. O logotipo escolhido obteve 587 dos 1.172 votos. A disputa foi acirrada, com uma diferença de apenas 79 votos entre a marca vencedora e a segunda colocada.

A idéia de mudar a logomarca surgiu em julho de 2004, quando Octavio Rangel, designer gráfico do CRP-RJ, apresentou à Comissão Gestora uma proposta de renovação da imagem para o Conselho através da criação de uma nova marca e da remodelagem do site.

“A imagem institucional do CRP-RJ estava desgastada e a renovação da marca e do site poderia ajudá-lo a mudar essa impressão negativa”,



disse Octavio. O processo teve início com o lançamento do novo site em novembro de 2004.

Em janeiro, a XI Plenária pediu que Octavio elaborasse três logomarcas para o Conselho. “A orienta-

ção dada foi que as marcas fizessem alguma referência ao Rio de Janeiro”, acrescenta Octavio. Depois de aprovadas pela Plenária, os três logos foram encaminhados para consulta aos psicólogos.

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) divulgou em seu boletim de dezembro de 2004 a situação do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro (Iaserj). A matéria chamava atenção para o progressivo abandono do Instituto, que se agravou bastante nos últimos seis anos. Em resposta a essa denúncia, o CRP-RJ recebeu uma carta do médico e diretor geral do Centro de Anomalias Craniofaciais (REVIVA) Rawlson de Thuin e um artigo do deputado estadual Paulo Pinheiro. O Jornal do CRP-RJ transcreve na íntegra os dois textos

Polêmica sobre o Iaserj



Carta de Rawlson de Thuin

Do: Centro de Tratamento de Anomalias Craniofaciais – REVIVA

Ao: Conselho Regional de Psicologia – RJ
A/C Dr. José Novaes

Senhor Presidente,

Pasma-nos ao deparar com o artigo publicado na Revista desse ilustre Conselho Regional, que sempre demonstrou uma reputação ilibada, e que sem sequer ouvir ou ainda mesmo visitar nosso Centro para constatar as inverdades declaradas por profissionais que fogem aos princípios éticos, publicou-os sem qualquer princípio de análise e estudo que o caso requer.

Hoje, Senhor Presidente, o REVIVA é uma realidade, que sem sombra de dúvidas, traz ao nosso estado um centro de Referência em tratamen-

to de anomalias craniofaciais, nos moldes do Centrinho-Bauru-SP, onde pacientes são tratados por uma equipe multidisciplinar constituída também de componentes psicológicos, cuja capacidade técnica não deveria ser questionada pelo Conselho ao qual fazem parte, e que têm demonstrado no período em que integram a equipe técnica do REVIVA, excelente desempenho em suas funções.

Assim, compreendo a política da verdadeira cooperação e respeito mútuo, vem a Direção do REVIVA convidar V. Exa. Votos de um feliz 2005, ressaltando a prioridade de sua visita ao REVIVA.

Cordialmente,

Rawlson de Thuin

Diretor Geral

CRM 52.380443

Artigo do deputado estadual Paulo Pinheiro

Que ética é essa?

A crise da saúde é, sem dúvida, grave e merece atenção não só dos profissionais de saúde como de toda a população. Esta crise se apóia em questões relativas a financiamento, gestão e ética.

Desde a implantação da Emenda Constitucional 29, em 2000, que fixa a participação orçamentária da união, dos estados e dos municípios no Sistema Único de Saúde, o estado do Rio de Janeiro jamais cumpriu efetivamente sua cota de participação.

O governo estadual, com o discurso dúbio de que alimentação e saneamento também representam bom atendimento em Saúde - o que ninguém nega -, deixa de colocar dotação suficiente nas secretarias afins, deslocando recursos para o orçamento da Secretaria de Saúde. Depois de maquiagem o cumprimento da emenda constitucional, desvia estes recursos para projetos assistencialistas. Desta forma, faltam remédios nas unidades ambulatoriais e hospitais, mas pode-se adquiri-los na farmácia popular, ao lado, por um real.

Nos dois últimos anos, R\$ 761 milhões deixaram de ser aplicados no setor, e mais especificamente em 2004, 412 milhões foram desviados para projetos de caráter assistencialista.

Como é de conhecimento público, habitualmente visito as unidades de saúde para confirmar as denúncias que chegam a meu gabinete. No caso do IASERJ tenho recebido fre-

qüentes denúncias sobre o sucateamento deste órgão que se expressam desde a precariedade de insumos básicos para a assistência: medicamentos, exames, equipamentos etc, que comprometem a qualidade do atendimento, até a tentativa de implantação de projetos alheios ao IASERJ em suas dependências. Ainda que os funcionários tenham resistido à implantação do projeto REVIVA, por estarem disponíveis na cidade do Rio de Janeiro outros serviços com a mesma finalidade, ela foi efetivada em março de 2004 no ambulatório da Gávea.

Para tratar deste assunto e de outros do IASERJ, ainda em 2003, pedi uma audiência com o Sr Secretário de Saúde que nos informou ser de interesse da Sra governadora a implantação deste projeto, que ficaria diretamente ligado a seu gabinete, não havendo discussão possível sobre este assunto.

Em meados de 2004 estivemos em visita ao REVIVA com o Deputado Paulo Ramos e pudemos observar a desigualdade de tratamento da SES na aplicação de recursos destinados ao REVIVA e ao IASERJ. Em nosso entendimento, as autoridades do setor de Saúde deveriam redobrar sua atenção para a gestão dos recursos públicos gastos com a saúde, dando prioridade aos que já estão em funcionamento. O que se vê, entretanto, é o esvaziamento de um serviço para o favorecimento, sem motivos condizentes com a ética profissional, de



outros. No caso do IASERJ-Gávea a situação é contrastante: usando as dependências - de forma ilegal - o governo estadual implantou, com recursos da SES mais um serviço, destinando-lhe fartos recursos e proporcionando-lhe boa apresentação - como deveriam ser todos os existentes - mas, o que nos pareceu espantoso é que o movimento de clientes é insignificante.

A quem favorece este empreendimento? Que ética é essa que orienta a gestão pública deste governo?

Deputado Estadual Paulo Pinheiro

Fevereiro de 2005

Funcionamento do CRP-RJ

Sede - de segunda à sexta das 9h às 16h. Subsedes - de segunda à sexta das 9h às 18h.

Rio de Janeiro

Rua Delgado de Carvalho, 53
Tijuca - CEP: 20260-280
Tel/Fax: (21) 2139-5400 - e-mail:
crprj@crprj.org.br

Baixada

Rua Sebastião Herculano de Mattos,
41 - Centro CEP 26255-220 - Nova
Iguaçu - RJ Tel/Fax: (21) 2768-0007
e-mail: subsedeni@crprj.org.br

Niterói

Av. Amaral Peixoto, 467/ sl.509 -
Centro CEP 24020-000 - Niterói -
RJ Tel/Fax: (21) 2717-3211 e-mail:
subsedeniteroi@crprj.org.br

Petrópolis

Rua Paulo Barbosa, 174/ sl.15 -
Centro CEP 25620-100 - Petrópolis
- RJ Tel/Fax: (24) 2243-0834 e-mail:
subsedeppetropolis@crprj.org.br

Outro mundo é possível ?¹

Esther Maria de Magalhães Arantes

Dizemos, atualmente, que estamos em crise: ética, civilizatória, paradigmática; ou que a modernidade estaria encerrando o seu ciclo e o homem caminhando para um futuro glorioso ou, quem sabe, para a derrocada final.

Algumas das características desta crise tem sido o predomínio dos processos de exclusão sobre os de inclusão, do capital sobre o trabalho, do mercado sobre a democracia, da propriedade sobre os direitos sociais, resultando no que Boaventura de Souza Santos (1998) caracteriza como fascismo societal.

Sem adentrarmos nas questões propriamente filosóficas e científicas constitutivas dessa modernidade podemos, no entanto, genericamente, dizer que uma de suas características foi ter optado por um certo tipo de razão, de natureza instrumental, capaz de dominar e modificar o meio físico e na atualidade, a vida, através das biotecnologias.

Nada mal, talvez, se esse tipo de racionalidade tivesse se limitado apenas a certos usos e a certos propósitos e não tivesse a pretensão de se constituir como único modo legítimo e verdadeiro de leitura do mundo.

(...) quando o Ocidente, através de Descartes e de Bacon, fez a escolha por uma forma de cientificidade e deixou de lado tudo o que fosse dotado de alguma ambivalência, deixou de lado também as chamadas idéias obscuras. Com isto, também deixou de lado o

que na condição humana é ligada ao corpo, ao tempo, à história e à concretude. (PES-SANHA, 1993: 26)

Não se trata aqui, e de acordo com Pessanha, de negar validade ao modelo das ciências da natureza ou à matemática, mas apenas reconhecer que as chamadas ciências humanas e sociais não podem se reduzir ao discurso coagente da razão abstrata, pretendendo a construção de verdades a-históricas. Quanto mais a razão se fecha em um modelo único e absoluto, maior o empobrecimento do pensamento, a domesticação da vida e a intolerância à diferença.

Diante dessas poucas ponderações, mas, esperamos, suficientes para os nossos propósitos, uma pergunta se impõe: se de há muito sabemos disto, se somos há tanto tempo capazes dessa crítica, porque este modelo é vitorioso?

Embora o pensamento de Karl Marx seja atualmente pouco lembrado - quem sabe na tentativa de nos convencer de que o capitalismo é a verdadeira natureza das sociedades - não podemos problematizar essa racionalidade científica sem mencionarmos que ela se encontra, mais do que nunca, articulada ao capital. Assim, esta modernidade da qual falamos, não é outra, senão ocidental e capitalista.

Carlos Henrique Escobar nos lembra que não se trata, em Marx, apenas da questão do roubo do sobre-trabalho, mas também, fundamentalmente, do fetiche da mercadoria. Neste sentido, não é suficiente a luta contra a exploração do trabalho, mas é necessário ir além e criticar a socie-



dade fundada no entusiasmo e no maravilhamento da mercadoria, da acumulação, do dinheiro. É preciso que as pessoas possam se reencontrar de uma outra forma: fora dos valores do capital.

Escobar nos ensina que o capital tem apenas visão de meios: a vida é apenas meio de acumulação e riqueza, e de ampliação de poder. A razão também não tem sido uma tática de aproximação das questões, mas instrumento: produz e faz a guerra. Por isso é que o mundo em que vivemos tem sido também, ao lado de um fantástico desenvolvimento tecnológico, a história da depredação da terra e da humilhação da vida.

O capital inventou um mundo, inventou o homem, inventou esta roupa, esta cara, as línguas nacionais. É dele tudo isto, mesmo que alguém do povo o auxilie, como, por exemplo, na organização do trabalho. Mas o capital produziu tudo isto em função da intensificação da produção e da capacitação para a guerra. Só que agora o ca-

pital chegou a uma espécie de meio pleno, que é a cibernética, a automação, o robô, a clonagem. Com isto ele dispensa a vida: são as massas excluídas... O capital não faz mais a guerra com soldados; se o fizer, perde a guerra... também não produz mercadoria com trabalhadores: ela não é competitiva. Ao excluir a vida, o capital vai suspender tudo o que ele fez. (ESCOBAR, 2000).

Assim, no capitalismo globalizado de hoje, a crise pode ser definida como sendo o desmonte dos valores, das temáticas e dos corpos da modernidade.

O capital está desfazendo a cidade, a mulher-mãe, a família triangular, o dispositivo criança, o trabalhador... Ele não precisa mais destes corpos e destas identidades... estamos muito soltos... uma espécie de nomadismo interior e exterior. Esta globalização desengajou o social.

Ela não precisa mais do social, dos lugares, das cidades e das marcas. A Terra, agora, é controlada por satélites. A informação, os mídias, a OTAN, a dívida externa... tudo isto é fixo e parado: imobiliza as ações aqui em baixo... A História não era aquilo que a esquerda falava: o sentido das coisas e tal. Era, na verdade, a memória do capital. (Idem)

Escobar acredita que as alternativas aos valores do capital não têm sido apresentadas e por isto não vislumbra, no momento atual, como abandonarmos os lugares onde existam lutas – ainda que feitas em termos de contradições, paradoxos e oposições. Neste sentido, por exemplo, apesar de todas as críticas ao nosso sistema de ensino, Moacir Gadotti (1980) advoga uma “pedagogia do conflito” ou “uma educação contra a educação”, capaz de mantê-la permanentemente em questão. O mesmo poderia ser dito em relação ao sistema de saúde.

Para finalizar, neste momento em que o biopoder avança, em que “não existe uma diferença tão essencial entre a prisão e o resto da vida” (Pel-

bart, 2000: 49), seria sábio aceitarmos o convite de Michel Foucault para pensar o sentido que damos a liberdade:

Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir. (FOUCAULT, 1984: 13)

1 Algumas das idéias aqui apresentadas fazem parte da Apresentação feita por ARANTES, E. (2001) e do artigo coletivo de ARANTES, E.; LOBO, L. e FONSECA, T. (2004).

** Esther Arantes é psicóloga, membro da Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH), professora do programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ e professora do departamento de psicologia da PUC-RJ.*



Foto: Eduardo Quadros

Referências bibliográficas

ARANTES, Esther Maria. Apresentação. In: Maciel, Ira Maria. Psicologia e Educação: novos caminhos para a formação. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2001.

ARANTES, Esther Maria; LOBO, Lilia Ferreira e FONSECA, Tânia M. Galli. Pensar: a que será que se destina? Diferentes tempos de uma reflexão sobre a morte anunciada do educador. In: Psicologia & Sociedade, vol. 16, n. 1, 2004. São Paulo: ABRAPSO, 2004.

ESCOBAR, Carlos Henrique. Marxismo hoje: críticas e perspectivas históricas. Anotações da Aula Inaugural do Curso de Direito Social do Programa Cidadania e Direitos Humanos da UERJ, 2000.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade II. O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

GADOTTI, Moacir. Educação e poder: introdução a uma pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 1980.

PESSANHA, José Américo. Filosofia e modernidade: racionalidade, imaginação e ética. In: 15ª. Reunião Anual da Anped, Caxambu, 1992. Conferências - Cadernos Anped, nº 4, setembro de 1993.

PELBART, Peter Pal. Direitos Humanos e Subjetividade. In: Psicologia, Direitos Humanos e Sofrimento Mental. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2000.

SANTOS, Boaventura Sousa – Reinventar a Democracia. Lisboa: Fundação Mário Soares; Gradiva Publicações, 1998.

Ana Bock, presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP)

Quais são os principais projetos e diretrizes da sua gestão?

Nossa gestão deverá dar continuidade ao que já vem sendo feito nestes últimos oito anos. Fortalecer a luta pelas políticas públicas; buscar ampliar o espaço da Psicologia nas políticas e serviços públicos; fortalecer o vínculo da Psicologia com os direitos humanos; garantir referências para um exercício profissional de qualidade e fazer essa construção de forma democrática. Aliás uma marca de nossa gestão continuará sendo a abertura para o diálogo com toda a Psicologia. Gerir de forma rigorosa e transparente o CFP; articular os regionais fortalecendo o sistema também são metas.

Por fim, eu destacaria nosso empenho em fortalecer a articulação entre as diversas entidades da Psicologia no Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira e na América Latina, por meio da ULAPSI – União Latinoamericana de Entidades de Psicologia.

Como será tratada a questão dos direitos humanos/psicologia durante a sua gestão?

Com prioridade. A questão dos direitos humanos já é um aspecto, uma característica da Psicologia no Brasil. Assim, é preciso cuidar disso e dar forma a essas construções, por meio do debate e da divulgação da relação entre subjetividade e sofrimento psicológico com a questão dos direitos humanos no Brasil. Um país tão desigual como o nosso exige que todas as profissões estejam voltadas para a questão dos direitos. Nós estaremos atentos. Essa tarefa hoje não é difícil, pois todos os CRPs têm suas Comissões de Direitos Humanos.

Como está o processo de elaboração do novo Código de Ética dos Psicólogos?

Está ainda em andamento. A APAF (Assembleia de Políticas Administrativas e Financeiras) do Sistema Conselhos de Psicologia aprovou a maior parte da minuta que estava proposta para o código. Mas restou ainda a questão do sigilo. Os Conselhos têm tido muito cuidado para tratar disso, pois queremos um código aceito como referência ética para o exercício profissional. Va-

mos passar estes próximos meses, até a próxima APAF, debatendo a questão e buscando uma forma adequada de apresentar a referência. No mais, o código incorpora questões atuais e importantes. Teremos, com certeza, um novo código.

Quando o Código entrará em vigor?

Depois de aprovado pela APAF ele vai à plenária do CFP que formula e aprova a resolução que o coloca em vigor. Publica-se a resolução no DOU e ele passa a vigorar imediatamente. Se aprovarmos na APAF de maio, em junho já teremos o novo código.

O que pode ser feito para aperfeiçoar a relação entre o CFP e os diversos conselhos regionais?

Fortalecer a APAF que é uma instância de articulação entre os regionais com o CFP para produzir o trabalho conjunto. Além disso, temos reuniões de presidentes, de tesoureiros, de presidentes das Comissões de Ética e presidentes das Comissões de Orientação e Fiscalização (COF). Temos articulação entre as comissões de Direitos Humanos. Os Congressos Nacionais permitem também uma relação boa entre os CRPs e CFP, pois nos dá um programa que deve ser desenvolvido por todos. Isso nos unifica.

Como está o processo de avaliação do Banco Social?

O Banco Social começou a terminar. Estaremos neste ano, até 27 de agosto, finalizando os projetos e serviços e produzindo o documento final do Banco, que deverá trazer o debate sobre cada política pública onde nos inserimos e a apresentação dos trabalhos e contribuições profissionais que os psicólogos podem dar em cada setor de serviço onde estivemos como Banco Social de Serviços, ou seja, educação, saúde mental, jurídico, aplicação de medidas sócio-educativas, comunicação e trabalho.

Nossa avaliação tem sido de que o Banco Social tem sido uma estratégia de luta pela ampliação do lugar social do psicólogo das mais eficientes. Hoje, somos chamados pelos Governos para apresentarmos propostas de serviços que



dêem conta de demandas que eles têm. Isso é resultado do Banco! E tem resultado em emprego para psicólogos.

O Banco Social é também uma estratégia de fortalecimento das políticas públicas, por isso sua decorrência será a criação do centro de Referência Técnica para Políticas Públicas, que deverá ser inaugurado no início de 2006.

Como está sendo conduzida a pesquisa de impacto do título de especialista?

As pesquisas foram feitas no ano de 2004. Há resultados interessantes, mas há também a indicação que se precisará de muito mais tempo para essa avaliação de impacto. Além do que, sabemos que o desenvolvimento da Psicologia na sociedade não será fruto da institucionalização do título. Ela será decorrente de muitos fatores, inclusive do Banco Social, da nossa luta por Direitos Humanos e do crescimento da categoria profissional. O título tem sido apenas um reconhecimento da especialização de um profissional e uma autorização para que ele possua e divulgue o título como reconhecimento desta especialização. Um profissional não pode se intitular especialista se os Conselhos não regulamentarem o título e criarem as formas de credenciamento. Assim, o título de especialista é essa possibilidade. Com certeza, permite diferenciar os profissionais permitindo que se intitulem especialistas. É um direito do psicólogo e também da sociedade.

● **Programação do Centro de Educação Sexual - CEDUS**

- 14 de abril às 14h: Doenças sexualmente transmissíveis (Palestra)
- Responsável: SES
- 19 de abril às 14h: DST/Aids (Palestra)
- Responsável: SES
- 20 de abril às 14h: O que os pais precisam saber... (Oficina)
- Responsável: ABIA
- 26 de abril às 14h: Organização Social, Voluntariado e Juventude (Palestra)
- Responsável: Cidade Viva e Movimento Rio Cidadão
- 29 de abril às 14h: Evento de encerramento com a participação das instituições parceiras
- Tel: (21) 2544-2866 Telefax: (21) 2517-3293

● **I Congresso Brasileiro de Psicologia do Consumidor: a mídia e os direitos humanos**

- Data: 06, 07 e 08 de abril de 2005
- Local: Porto Alegre - RS - Brasil
- Endereço: Auditório e na Sala Anexa do Prédio 11, Campus Central da PUCRS
- Telefone: (51) 3339 - 9272
- E-mail: dcur.ez@terra.com.br

● **I Congresso Latino-americano da Psicologia – ULAPSI**

- Data: de 20 a 23 de abril/2005 (O prazo de inscrição de trabalhos foi encerrado)
- Local: São Paulo
- contato: (11) 3061-9494
- Ramais 101 ou 129
- http://www.ulapsi.org/congresso

● **VII Congresso de Psicologia Escolar e Educacional**

- Data: de 21 a 24 de abril 2005
- Local: Curitiba
- Universidade Tuiuti do Paraná
- Campus Barigui
- Rua Sidney Antonio Rangel Santos, 238, Bairro Santo Inácio - CEP 82010-330
- Informações:
- http://www.conpe.pop-ba.rnp.br/

● **5º SBTC - Congresso da Sociedade Brasileira de Terapias Cognitivas**

- Inscrições de trabalhos encerradas em 31|01|2005
- Data: 21, 22 e 23 de abril de 2005
- Local: Rio de Janeiro
- Rio Othon Palace - Av. Atlântica, 3264 - Copacabana
- Informações:
- http://www.sbtc.org.br

● **X Encontro Paranaense e V Congresso Brasileiro de Psicoterapias Corporais**

- Data: 26, 27 e 28 de abril de 2005
- Local: Four Points Sheraton Hotel
- Curitiba/PR
- Informações: (41) 263-4895
- http://www.centroreichiano.com.br

● **I Festival Internacional de Humor em DST e AIDS**

- Centro Cultural do Ministério da Saúde - CCS
- As atividades são gratuitas
- Data: 30 de abril de 2005 - Praça Marechal Âncora, s/n.º (Praça XV) - Centro - Rio de Janeiro.
- Inscrições ou agendamento de grupos: telefone: (21) 2240-5568 ou e.mail: ccs@ccs.saude.gov.br
- http://www.ccs.saude.gov.br

● **Congresso Internacional Educação e Trabalho**

- Data: 02 a 04 de maio de 2005 - Aveiro - Portugal
- Informações: http://www.dce.ua.pt/congresso

● **I Simpósio Internacional do Adolescente**

- Data: 02 a 05 de maio de 2005
- Local: São Paulo
- Informações: FEUSP - Apoio Acadêmico
- Av. da Universidade, 308, Bloco B, sala 19,
- tel.: (11) 3091 3574

● **II Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica: Desafios Para Formação, Prática e Pesquisa**

- Data: de 17 a 25 de maio/2005
- Local: Gramado - Endereço: Hotel Serrano
- Cidade: Gramado - RS - Brasil
- Telefone: (51) 3226-3111
- E-mail: ibapnet@terra.com.br
- Link: http://www.ibapnet.org.br

● **IV Congresso Norte Nordeste de Psicologia**

- Tema Central:
- Psicologia: Novas direções no diálogo com outros campos de saber.
- Data: de 25 a 28 de maio/2005 (No dia 22/02 encerraram-se as inscrições para trabalhos.)- Local: Salvador - contato: (71) 247-3296 / 245-3881
- http://www.conpsi.psc.br

● **Conversações sobre tolerância e algumas considerações intempestivas**

- Data: 31 de maio e 01 de junho, São Paulo - SP
- tucarena/PUC SP, Rua Monte Alegre 984, São Paulo -SP
- Tel.: (11) 3670-8517
- início às 14 horas
- Inscrições Gratuitas

● **IV Encontro Regional de Psicologia Social - ABRAPSO-ES**

- Psicologia e Saúde - Desafios às políticas públicas no Brasil
- Data: 08, 09 e 10 de junho de 2005
- Local: Vitória – ES
- Informações: http://www.abrapso-es.psc.br

● **V Congresso de Stress da ISMA - BR**

- Data: 13 a 15 de junho de 2005 - Porto Alegre - RS
- Informações: http://www.ismabrasil.com.br/congresso

● **XXX Congresso Interamericano De Psicologia**

- Data: de 26 a 30 de junho/2005
- Local: Buenos Aires - Argentina
- contato: 54-11-49546322
- http://www.sip2005.org.ar

● **VI Congresso Nacional da Rede Unida - 20 anos de parceria na saúde e na educação**

- Data: 02 a 05 de julho de 2005 - Belo Horizonte - MG - Informações: http://www.redeunida.org.br/congresso

● **III Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde**

- Data: 09 a 13 de julho de 2005 - Florianópolis - SC
- Informações:
- http://www.sociaisehumanas.com.br

Sindicato

Desafios e Perspectivas

O Sindicato dos Psicólogos vem ressaltar a importância desse espaço no Jornal do Conselho o que marca um novo caminhar da profissão e dos psicólogos e isso só foi possível a partir dessa nova gestão. Como todos nós sabemos a função precípua do Sindicato é defender os psicólogos nas suas questões trabalhistas, lutar por salários dignos, por uma jornada de trabalho de no máximo 30 horas semanais e abertura de mercado de trabalho. Já o CRP trabalha para o fortalecimento da profissão, orientando e fiscalizando sua prática, normatizando e defendendo espaços da psicologia. Quando me refiro a um novo caminhar, quero dizer que é possível as entidades de psicologia atuarem juntas em diversas lutas, pois com certeza o resultado será mais eficaz. Fazendo uma retrospectiva, no ano de 2004 o Sindicato teve diversas conquistas, como por exemplo, assento nos Conselhos de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, de São Gonçalo, Niterói, Município do Rio de Janeiro, de Assistência Social, Conselho Estadual de Saúde do Trabalhador e no Pólo

de Educação Permanente em Saúde da Metropolitana I – RJ e Metropolitana II – Niterói, como também nas negociações dos Acordos Coletivos das Clínicas Privadas de Saúde Mental e Assistência (ONGS) de todo o Estado do Rio e através dessas atuações o SINDPSI divulga a imagem da profissão, como também, promove negociações visando a abertura de vagas para os psicólogos. A meta principal desta gestão é a **ABERTURA DO MERCADO DE TRABALHO** para os profissionais de psicologia, sem perder de vista as lutas históricas com o conjunto da sociedade e demais trabalhadores.

O **PROJETO BANCO DE EMPREGOS**, que é um projeto nacional onde todos os sindicatos estão implicados, trata de um conjunto de ações que visam a abertura de oportunidades, traduzidas em disponibilização de vagas e efetivação de campo de trabalho. A estratégia é divulgar as atividades e especializações para os mais diversos segmentos da sociedade, para que se identifique a demanda do profissional psicólogo. Con-

comitante o sindicato está envidando esforços para abertura de concurso público nos diversos municípios do estado, nas áreas de saúde mental, saúde do trabalhador, psicologia escolar, jurídica, hospitalar, trânsito, RH e outros. Realizamos levantamento de toda a legislação que determina a presença do psicólogo em equipes multidisciplinares e vamos atuar para que essa legislação seja cumprida. Os psicólogos interessados na inclusão do seu nome no Banco de Empregos devem entrar em contato com o Sindicato.

Étilda Elane de Oliveira Ramos

Psicóloga CRP-05 nº 07674
Secretaria Geral do SINDPSI- RJ



Nossa página em fase de construção é

www.sindpsi-rj.org.br e e-mail

sindpsi-rj@sindpsi-rj.org.br - tel: 2224-1746 / 1762

- ☐ MUDOU-SE
- ☐ DESCONHECIDO
- ☐ RECUSADO
- ☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE
- ☐ NÃO EXISTE O Nº INDICADO
- ☐ INFORMAÇÃO ESCRITA PELO
- ☐ PORTEIRO OU SÍNDICO
- ☐ FALECIDO
- ☐ AUSENTE
- ☐ NÃO PROCURADO

REINTEGRADO AO SERVIÇO
POSTAL EM ____/____/____

EM ____/____/____
CARTEIRO



Impresso
Especial

050200392/2001-DR/RJ
CRP - 5ª REGIÃO

...CORREIOS...

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 5ª REGIÃO
RUA DELGADO DE CARVALHO, 53 TIJUCA
RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20260-280

IMPRESSO